
Ritos genéticos (editoriais) de obras espíritas¹

Alcione GONÇALVES²

Antônio Augusto BRAICO³

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

RESUMO

Partindo da noção de rito genético, cunhada por Dominique Maingueneau (2007, 2009), avalia-se neste estudo quais são as rotinas seguidas por médiuns na produção de psicografias que se tornam livros espíritas. Além disso, adota-se a reflexão de Salgado (2013) sobre ritos genéticos editoriais para se pensar sobre os elementos que concorrem na cadeia editorial de obras ligadas à doutrina codificada por Allan Kardec. Construído de modo ensaístico, este artigo traz os motes supracitados da Linguística e os do Espiritismo. Em seção específica, é feita a inter-relação entre as áreas e estabelecidas algumas digressões. Tem-se como resultado que o livro espírita, derivado de psicografias, conforma um gênero específico e complexo, no qual a noção de autoria é fugidia tanto menos os ritos genéticos ligados à doutrina espírita forem seguidos.

Palavras-chave: Ritos genéticos (editoriais); Livro Espírita; Espiritismo

INTRODUÇÃO

Como se dá o processo de produção de um livro espírita? Sabe-se que cada gênero textual guarda particularidades e, com isso, existem variações na confecção de cada qual. Há manejos específicos de escrita (e também de leitura) que fazem parte do preparo de um texto autoral destinado à circulação pública. Na dinâmica, não é só o escritor que participa da criação de uma obra literária. Existe uma série de processos complexos de revisão e de edição dos livros que afetam diretamente no produto que chega até ao leitor, denominados ritos genéticos editoriais (SALGADO, 2013).

No entanto, o tema se imbrica ainda mais quando pensamos no conjunto de formulações prévias que se dão também junto ao autor antes da entrega dos originais (o quase-livro, se podemos chamá-lo assim) para a editora. Toda escrita exige algum tipo de preparação. Nesse sentido, o pesquisador francês Maingueneau (2007, 2009) usou a expressão ritos genéticos para tratar dos atos anteriores à produção de um enunciado, uma frase, um texto, quais sejam, por um autor. Nesse conjunto de ações prévias, entrariam não apenas os rascunhos do que será dito/escrito, mas todo um arcabouço de conhecimentos antecedentes que, propositalmente, auxiliaram o autor a pensar naquela formulação: desde viagens, pesquisas, entrevistas, leituras, entre outras influências.

¹ Trabalho apresentado no GP Produção Editorial, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Estudos Linguísticos (UFMG). Professora do Cefet-MG. E-mail: alcioneport@gmail.com.

³ Doutor em Estudos Linguísticos (UFMG). Professor do Cefet-MG. E-mail: antonioaugustobraico@gmail.com

Nesse contexto, reformulando a questão: quais seriam os ritos genéticos (editoriais) ligados à produção de uma obra espírita⁴? Seria salutar, no entanto, antes de responder a essa questão, justificar e sustentar a colocação dela e o que fomenta a produção deste estudo.

É relevante saber quais são e como se dão os ritos genéticos (editoriais) de um livro espírita por vários motivos. O primeiro deles está ligado à autoria. Tomemos Chico Xavier como exemplo. As (aproximadamente) 400 obras assinadas por ele como médium não são, segundo o próprio, de autoria dele. Diversos espíritos as teriam ditado, em anos de produção regrada por toda a ritualística que a mencionada doutrina exige. Assim, quais lacunas e preenchimentos existiriam nesse entre-dois (espírito-médium) que conformariam um lugar particular em relação à questão autoral?

Partindo do princípio de que as comunicações se deram de maneira inequívoca, no ditar e compreender perfeito (se isso é possível e será discutido), como se dão, a partir da entrega dos originais às Editoras (ou aos editores), os ritos genéticos subsequentes? Quem são os revisores? Que tipos de parâmetros seguem de modo a não afetar o sentido que se pretendia pelo espírito? Aliás, há editoras voltadas para o gênero e que tipo de perspectivas estas colocariam para os ritos genéticos editoriais?

Diante às questões – e da possível extensão das respostas –, o presente trabalho ocupar-se-á de um breve panorama do processo de produção de obras espíritas, discutindo a alteridade discursiva dos coenunciadores frente ao lugar do(s) autor(es) destes livros. Tomando como referencial teórico abordagens discursivas (dos estudos de linguagem), cruzando-as com conhecimentos espíritas, objetivamos fazer conjecturas, marcando o lugar ensaístico deste estudo, sobre os caminhos que um livro percorre.

1. MOTES TEÓRICOS

Donde vem e como se conforma o que os grandes escritores nos transmitem em suas produções? Como nasce e se materializa a bela ideia literária? Se adotarmos como resposta o preceito da ação inspiradora, deveríamos crer na “gênese imediata da invenção”. Todavia, reconhecendo que o dom se conforma no conjunto de possibilidades de desenvolvimento oportunizadas a (ou empreendidas por) alguém,

⁴ Importante fazer a desambiguação com o termo “espiritualista” (aquele/aquilo que crê/demonstra que os espíritos dos mortos existem e podem se comunicar com os vivos), pois aqui trataremos exclusivamente do léxico “espírita” em remissão direta àquele (o sujeito) ou àquilo (no caso, por exemplo, um livro) vinculados ao Espiritismo, doutrina que tem Allan Kardec como codificador (CAMARGO, 1960).

inferimos que a intuição de estro encontra mais eco onde há mais conteúdo – logo, quem mais sabe, mais teria inspiração. Não esqueçamos também que a “obra de arte brota a partir do contágio”, como reação a efeito variável: acontecimento vivido, objeto visto, pessoa com a qual se relaciona, musa etc. Contudo, todo o arcabouço ao qual o autor se vale não deveria assujeitá-lo, na medida em que, e afinal de contas, é ele quem maneja a pena e quem decide (o que) escrever ou não (?) (SOARES, 1979, p.123).

Nessa linha, Soares (1979, p.128-129) lembra-nos das abordagens freudianas, da perspectiva da fragmentação do sujeito que, em sua manifestação artística, pode, “até certo ponto”, expressar-se a partir de outro regime de criação, evidenciado pelo inconsciente, “que se infiltra na consciência do sujeito, tornando-o de certa forma paciente de articulações que transcendem a vigilância da razão”. No entanto, poderíamos deduzir que a conjecturável passividade vai, como ratificado, “até certo ponto”. De mais a mais, a questão da autoria estaria salvaguardada, pois, se não sou *eu* quem escrevo, é o *outro de mim mesmo* a produzir sem, para tanto, subtrair-me por completo. Nessa possibilidade, “o criador se assume como médium entre o outro interno e o discurso”.

Se somos (ou estamos sendo) a soma mais ou menos (des)organizada de todas as nossas vivências/experiências, apreendidas conscientemente, ou não, nossos enunciados parecem evocar e materializar (ainda que isso não fique claro) todo este cabedal. Mas essa bagagem pode ser somada ainda a um grupo de aprestos do qual nos valemos diante de um discurso que se tem como preparar com qualquer antecedência. O linguista Dominique Maingueneau (2007, p.139) diz que o “conjunto de atos realizados por um sujeito em vias de produzir um enunciado”, incluindo também “comportamentos não escriturais (viagens, meditações...)”, pode ser chamado de “ritos genéticos”.

É a maneira como os ritos são conduzidos que conformaria determinada produção enunciativa, como os originais de um livro, por exemplo. As leituras que um autor empreendeu, suas pesquisas, seu recolhimento para a escrita, tudo isso, e mais, influi para que a produção siga determinado caminho e chegue a um ponto específico.

Nada obstante, Maingueneau recorda-nos que existem também ritos “impostos”, ligados a uma espécie de dispositivo (na perspectiva de Foucault), que condiciona (explícita ou implicitamente) a produção enunciativa. “A vocação enunciativa supõe uma harmonização mais ou menos estrita entre as práticas individuais do autor e as

representações coletivas nas quais ele se reconhece e que comunidades mais ou menos amplas verão, por sua vez, encarnadas nele” (MAINGUENEAU, 2007, p.139).

Maingueneau (2009, p.155) lembra, ainda, que os ritos genéticos podem ser objeto de normas em certos gêneros (como no jornalístico, por exemplo) e que estes últimos podem colocar restrições, inclusive, na dinâmica de difusão. No caso da produção literária, esta

percorre, com efeito, diversos domínios: de elaboração (leituras, discussões...), de redação, de pré-difusão, de publicação. [...] O tipo de elaboração impõe restrições ao tipo de redação, de pré-difusão ou de publicação; em contrapartida, o tipo de publicação pretendido orienta por antecipação toda atividade ulterior.

É talvez nesses meandros que podemos pensar em ritos genéticos editoriais (SALGADO, 2013), compreendendo a cadeia coenunciativa que se estabelece no processo de revisão/preparação de um texto. Assim, também é por que o linguista francês ratifica então que os ritos genéticos pessoais (próprios) do autor são talvez o “único aspecto da criação que ele pode controlar”, configurando sua marca existencial, sua inscrição em meio às restrições. Para tanto, em alguns casos, “essa necessidade de o criador inventar ritos genéticos específicos e, para além deles, um modo de vida capaz de possibilitar uma obra singular, assume uma inflexão quase religiosa em alguns deles” (MAINGUENEAU, 2009, p.156).

O posto do autor, nessa perspectiva, assegura a textura de uma produção textual. O termo não indica (apenas) a característica superficial de determinada matéria, mais visível, que permite reconhecer o autor pela obra. Textura “designa uma dimensão mais diretamente ligada aos efeitos de sentido produzidos, logo, aos aspectos mais estabilizados ou estabilizantes, à condição de unidade” de um texto. Paralelamente, todas as contribuições advindas da revisão/edição, conformam a tessitura, o modo como determinado discurso será construído, a disposição e a composição do tecido interno de um texto. Juntas, constituem a textualização, a “condição dinâmica dos textos” (SALGADO, 2013, p.268).

No trabalho de Luciana Salazar Salgado (2013, p.260), a autora destaca o papel cada vez mais proeminente que figuras não muito prestigiadas (apesar de seu importante lugar) têm no trabalho de edição de textos. O “ofício do linguista”, como a professora coloca o quadro de atribuições dos (variados tipos de) revisores, compreende uma gama enorme de demandas no processo. Mas, mesmo conscientes da intervenção que esses

profissionais são capazes de impetrar nos textos, nem sempre se assume uma expansão da noção de autoria – o que talvez poderia até colocar em xeque a ilusão de autonomia de quem tem o nome veiculado na capa de um livro.

Todavia, há, em geral, o reconhecimento da possibilidade de “um descentramento do texto-primeiro que permite ao autor ser um outro desse outro de si”; o que se coloca em discussão, então, é o conceito de alteridade. Nesse sentido, os editores/revisores seriam não mais do que proletários das letras (lêxico entendido de forma ampla) a serviço do autor. São eles que oportunizam este espelhamento ao escritor, de modo que ele se veja e se reconheça (ou não) a partir daquilo que visava em sua produção, ao mesmo tempo em que refletem (os editores/revisores) uma visão mais ou menos condicionada do público (enunciatários) ao qual o enunciado é dirigido. O papel dos revisores, então, institui-se em um complexo, e até contraditório, lugar de tensionamentos que “vai muito além da ideia de corrigir, padronizar e normalizar” os textos que chegam até eles (SALGADO, 2013, p.260).

O exercício oportunizado pelos editores/revisores não seria o de transformar o texto atual em outra coisa diferente do que se pretendia, mas precisamente torná-lo aquilo que se intentava, demonstrando, em certa medida, que o texto atual apresenta (ou não) discrepâncias com o que ele deveria ser.

Segundo Salgado (2013, p.265), os autores, no entanto, são sempre “dependentes” e “reprimidos” em suas produções. Para a autora, os escritores não são “mestres do sentido”, uma vez que suas intenções nunca irão se “impor” para os leitores, tampouco, então, para quem faz parte da cadeia produtiva do livro. Além disso, sua repressão se dá em razão da submissão à lógica dispositiva já citada anteriormente. De forma mais didática, o autor provavelmente dê “o tom e talvez reja a banda, mas também ele dança conforme a música” (SALGADO, 2013, p.264).

Em resumo, tentando responder as questões desta seção do artigo: o que os grandes escritores nos transmitem em suas produções vem, evidentemente, de muito trabalho; deles, bem verdade. Decorre de um processo criativo que não dispensa atos conjuradores distintivos; de leituras (gerais) prévias que acondicionam o sujeito-autor, seus contágios, suas inspirações, seus ritos preparados para alcançar determinada produção; de ações impositivas, de mercado, de leitor, de normas e de convenções. Todavia, vem também de (re)leituras de si para se (com)provar(em), ofertadas pelo

labor de diversos profissionais que, muitas vezes, podem auxiliar não na mudança de destino de um enunciado, mas na escolha da melhor rota.

2. DA PSICOGRAFIA AO LIVRO

Mas e quando não é o autor que escolhe (o que) escrever? Isso seria possível em um gênero textual denominado psicografia? Os textos registrariam a “transmissão do pensamento” de um espírito (grosso modo, de pessoa já falecida), “mediante a escrita feita com a mão” de um vivo, qual seja, denominado médium (KARDEC, 2018, p.161). Tal capacidade varia também em sua expressão; isto é, enquanto alguns são capazes de escrever, outros seriam de sentir, intuir, ver, ouvir ou até falar o que é de proveniência espiritual.

Atendo-nos à capacidade de escrita, há um grupo de pessoas que são responsáveis pela chamada psicografia direta/manual. Segundo Kardec (2018), esse tipo de mediação da informação, advinda dos espíritos, pode ofertar que se estabeleçam relações regulares entre os dois mundos. É assim, talvez, que se processa a continuidade da escrita que permite a confecção de livros diversos, como romances e até textos com caráter científico, ditados por espíritos.

No entanto, o verbo ditar é reducionista – e até incorreto; isso porque Kardec (2018) afirma haver pelo menos quatro tipos de médiuns escreventes – também chamados de psicógrafos –, dividindo-se em: mecânicos (escrevem sem a consciência da razão do impulso que lhes imputam os movimentos, agindo, então, o espírito diretamente sobre a mão do médium); intuitivos (na comunicação de pensamentos, tendo o médium consciência do que escreve a partir do que o espírito lhe transmite mentalmente); semimecânicos (sendo uma mistura dos outros dois tipos); e involuntários (também chamados de inspirados, sendo uma variação dos médiuns intuitivos – todavia, a força oculta é muito menos perceptível, dificultando ao médium saber se aquele pensamento é seu ou de um espírito).

Camargo (2004, p.56), em texto biográfico sobre Divaldo Franco (autor de quase 200 livros psicografados), afirma que a maioria das obras produzidas por este médium ocorreu de forma mecânica – “incluindo-se temas que não fazem parte de seu conhecimento lúcido” e até em “idiomas que não conhecia”. Em casos como esse, acentuar-se-ia o lugar do autor-espírito, sendo o médium, à primeira vista, não mais do

que uma máquina de escrever; *quicá*, nessas situações a única preocupação seja a qualidade caligráfica do material.

Com os médiuns intuitivos – e até mesmo com os semimecânicos –, as questões se complexificariam um pouco mais, uma vez que estes são intérpretes do que os espíritos lhes transmitem por meio de pensamentos. Mas como saber de quem é o pensamento? O codificador da doutrina mesmo assevera que, “tendo a consciência do que escreve, o médium é naturalmente levado a duvidar da sua faculdade; não sabe se o que lhe sai do lápis vem do seu próprio ou de outro Espírito” (KARDEC, 2018, p.215). A solução é uma rigorosa observação de si, avaliando se aqueles pensamentos são particulares ou não ao médium, relacionados às ideias que tinham antes de iniciar a psicografia, se correspondem ao seu cabedal de conhecimentos ou mesmo se representam aquilo com que se identifica.

Diversos médiuns, muitos deles pessoas íntegras, já foram acusados de estarem incorrendo em erro quanto ao que é dito em suas psicografias. Algumas informações apresentadas nessas, por vezes, não encontram fundamento ou, o que é pior, até contradizem os fatos, entre outros problemas.

Advém que o médium, segundo Kardec (2018), pode estar sendo mistificado ou que suas comunicações tenham teor anímico maior do que o desejado. No primeiro caso, pode acontecer que comunicações falsas sejam ditadas por “espíritos levianos”, em geral com o intuito de zombar, passando-se por outrem ou dando informações inverídicas. O orgulho, a vaidade, a falta de instrução na doutrina, o entusiasmo exacerbado (deslumbramento) de alguns médiuns, são fatores que podem facilitar tal processo. O que se coloca em questão aqui, então, não é a capacidade de intermédio do sujeito que empreende a psicografia, mas, sim, a idoneidade do comunicante (KARDEC, 2018).

Quanto ao animismo, grosso modo, em alguns casos, o médium pode transpor ao papel impressões e questões pessoais, acreditando que se tratam de informações ditadas por outrem. Isso acontece por que o médium, durante a comunicação, “nunca é inteiramente nulo” (KARDEC, 2018, p.230) e “seja qual for a diversidade dos Espíritos que se comunicam com um médium, os ditados que este obtém, embora procedam de Espíritos diferentes, trazem, quanto à forma e ao colorido, o cunho que lhe é pessoal” (KARDEC, 2018, p.235). No contexto, segundo André Luiz (1998), uma mesma mensagem, de um mesmo espírito, poderia ser composta por escolhas lexicais distintas

se comunicada a vários médiuns, uma vez que eles são intérpretes do que é repassado – principalmente os intuitivos e os semimecânicos.

Em todo caso, “para que um espírito possa comunicar-se, preciso é que haja entre ele e o médium relações fluídicas” (KARDEC, 2018, p.208). Assim, infere-se que quanto mais adiantado moralmente está um mediano, maiores são as chances de que ele não seja mistificado e até que o teor anímico não interfira tanto na comunicação. Para tanto, é preciso que o médium reconheça sua responsabilidade e seja humilde diante do denominado mandato que guarda. Essa postura, segundo a doutrina espírita, daria não apenas mais segurança ao médium, mas confiança às entidades espirituais que, vendo naquele indivíduo um esforço para a transformação moral, o auxiliariam no desenvolvimento de suas faculdades mediúnicas, a fim de que ele prestasse um maior e melhor trabalho (KARDEC, 2018).

Nesse contexto, é importante lembrar que as psicografias são utilizadas com objetivos diversos na doutrina espírita. Invariavelmente, o intuito dessa ferramenta no Espiritismo é sempre o da busca da evolução da humanidade, tomando a caridade como baluarte na senda. É por isso que, quando transformadas em produções que circularão também fora dos Centros Espíritas, os textos, então convertidos em livros, em geral abordam temáticas que orbitam a perspectiva do amor-ágape.

Paralelamente, a função dos livros no Espiritismo passa não só pela perspectiva terapêutica da palavra, por assim dizer, mas também pela intenção didático-pedagógica (por vezes até técnico-científica). Assegurando ainda as bases lançadas por Kardec, os atributos atuais da doutrina vão no sentido de reforço junto aos espíritas para a leitura frequente.

Tanto o espiritismo brasileiro quanto o francês refletem as características de seu fundador, educador de formação, implicando um processo de formação doutrinária, de controle contínuo e pedagógico que passa pelo livro e pela escritura. Ele atribui um valor capital às mensagens escritas (a psicografia) tanto que ela constitui um setor importante do mercado editorial brasileiro (AUBRÉE; LAPLANTINE, 1990, p.194 *apud* AMORIM, 2013, p.3).

Vale lembrar que as obras são lidas ciclicamente, inclusive e principalmente, entre os médiuns – tendo eles mais experiência ou não. O estudo contínuo, nesse sentido, aparece como prerrogativa entre aqueles que atuam na seara mediúnica, demonstrando que, ao menos no Espiritismo, não basta apenas ter a propensão ou determinados sentidos mais desenvolvidos, é preciso educá-los (LUIZ, 1998). A leitura,

tão útil nesse sentido, não se encerra apenas com esse fim, mas naquele ligado à própria capacitação do sujeito, ampliando os horizontes intelectuais.

Não obstante, e embora não se faça aqui qualquer juízo de valor em relação aos tipos de obras, o que se vê muito nas prateleiras das principais livrarias do país é a abundância de livros vinculados à doutrina e que estão relacionadas ao gênero narrativo. Os romances mediúnicos são, talvez, uma entrada para o Espiritismo e, parecem ser, junto aos participantes eventuais (CAMARGO, 1960), o gênero preferido de leitura. Contudo, concordando com Lewgoy (1998, p.108), é interessante notar que, em geral,

os romances mediúnicos são lidos como expressões fiéis de uma esfera espiritual, que não apenas tem a mesma realidade da crença do público leitor como infunde densidade a esta crença. [...] para a esfera da cura, eles podem representar uma etapa de adesão a um sistema de significados em que todas as dimensões da vida do converso são progressivamente ressemantizadas à luz desta crença.

Nada obstante, para ser considerada espírita, infere-se que seria preciso que a obra se vinculasse tematicamente aos preceitos do Espiritismo. As instituições ligadas à doutrina, nesse contexto, serviriam como uma espécie de atestadoras do valor dos textos, efetivamente legitimando-os em função de um *ethos* outrora delineado: suas representatividades socialmente construídas frente, principalmente, ao domínio de saber que guardam. Tal validação, entende-se, é prévia, uma vez que se parte do princípio de que para ser um médium espírita deve-se seguir a doutrina; logo, a rigor, as produções também estariam pautadas pelas perspectivas do Espiritismo.

Mas, como se deduz, não caberia ao médium todo o processo ligado aos ritos genéticos editoriais de uma obra espírita. Tudo começa, porém e como se viu, com as psicografias⁵. Não sendo necessário retomar o que já fora colocado, cabe apenas assinalar resumidamente que: as comunicações espíritas sérias ocorrem em reuniões mediúnicas, mas médiuns há que psicografam nas mais distintas situações e locais; estabelecida a parceria entre espírito e médium, em geral se acordam hora e local para o desenvolvimento das comunicações – que podem recorrer durante dias, meses e anos.

Finalizados, os textos ligados a determinada comunicação podem ser compreendidos pelo médium (e pelo espírito que lhe ditou) como dignos de serem transformados em livros (se esta já não era a pretensão inicial). Apresentados às

⁵ Entende-se por livro espírita não apenas os psicografados – aos quais damos atenção aqui –, mas também aqueles que versam sobre a doutrina, como biografias, obras técnicas, manuais, reflexões diversas, entre outros, não necessariamente então ditados por espíritos.

distintas editoras focadas no segmento espírita, os originais podem ser aceitos para a publicação. Porém, Richard Simonetti, importante nome do Espiritismo no Brasil, aponta alguns problemas do mercado editorial no país. Segundo ele, muitas obras, sem atenção às perspectivas da doutrina, têm sido publicadas, entre outros motivos, visando ao lucro. “Médiuns psicografam algumas mensagens e entendem que devem ser publicadas, confundindo exercícios de psicografia com material para um livro” (VITUSSO; HADDAD, 2012, *on-line*).

Todavia, apontando uma das soluções para o público-alvo, indica que há “editoras sérias, que publicam livros observando o conteúdo doutrinário” (VITUSSO; HADDAD, 2012, *on-line*). A Petit, editora com quase 40 anos de mercado, por exemplo, apresenta um manual aos autores interessados em publicar com o selo dela. Trata-se de documento que, além de apresentar técnicas de escrita, reflete a política da empresa, ratificando que os projetos enviados para avaliação do seu Conselho Editorial devem obedecer aos princípios básicos relativos à doutrina espírita.

Muitos textos têm sido publicados como sendo espíritas; porém, pela falta de estudo das obras de Allan Kardec, estes livros trazem enganos, às vezes grosseiros e outros sutis, que chegam a confundir até mesmo um experiente trabalhador na seara espírita. [...] as livrarias descobriram que este é um “filão” no mercado e cada vez mais os livros espíritas conquistam espaços nas livrarias, coisa que há pouco tempo não existia. Hoje, é possível ver grandes editoras investirem neste seguimento; porém, como falta-lhes o principal, ou seja, conhecimento, acabam por publicar livros que não representam o pensamento verdadeiramente espírita, trazendo prejuízo para muitos, principalmente para o leitor leigo, que ainda não conhece os princípios básicos da Doutrina. Vemos ainda editoras que, vislumbrando este nicho de mercado, avançam editando tudo o que lhes cai às mãos, sem o mínimo de cuidado na revisão doutrinária, na diagramação etc., trazendo um amontoado de obras que, em vez de esclarecer o leitor, irá confundi-lo ainda mais (PETIT, s/d, p.4).

Nesse contexto, “publicar [um livro psicografado] sem exame, ou sem correção, tudo quanto vem dessa fonte seria, em nossa opinião, dar prova de pouco discernimento” (KARDEC, 2003, p.277). Observa-se, então, que a análise de conteúdo de um livro espírita é uma etapa à qual se dá muita relevância no meio espírita, influenciando, inferimos, até a revisão ortográfica-gramatical da obra; em outras palavras, o exame das escolhas lexicais e outros aspectos de redação passariam, por vezes, por uma espécie de crivo da semântica espírita.

No entanto, como saber se aquela mudança sugerida na revisão irá ao encontro ou contra o sentido pretendido pelo espírito? Aliás, principalmente no caso dos intuitivos,

de que maneira atestar se o médium efetivamente conseguiu captar o sentido pretendido pelo espírito? A resposta está na coerência com as noções fundamentais das obras de Kardec. É propício, então, um rigoroso processo de análise dos textos, em que não cabe orgulho do(s) autores(s) – médium e espírito, pois suas inscrições não devem preceder da atenção às perspectivas doutrinárias.

Infere-se, assim, que, quando aqueles que fazem o copidesque da obra estão inseridos na doutrina, o trabalho parece ser efetivo. Médium e revisores devem trabalhar, então, em afinada parceria. No caso da Petit, “quando o livro é aprovado, a editora assume todos os custos de produção, distribuição e divulgação” (PETIT, s/d, p.4), pautando-se, como se viu, pelas perspectivas da doutrina espírita.

Isso, porém, não é necessariamente uma realidade em outras editoras – sabendo que algumas cobram determinado valor do proponente para empreenderem os trabalhos relacionados –, ou junto a médiuns que financiam a própria publicação, contratando profissionais ao seu modo, incluindo, principalmente, as demandas com projeto gráfico/diagramação. Em ambos, nem sempre se consegue um editor espírita para conduzir os trabalhos – e até que este, necessariamente, se pautar pelos preceitos doutrinários, o que configuraria uma contradição (ainda que ela seja vista atualmente no mercado).

Por fim, traz-se o registro de Ana Cláudia Silva e Verônica Silva (2019) que afirmam uma expansão do mercado editorial espírita – o que é reforçado por pesquisas como as de Franzolim (2017). Da década de 1990 para o presente, um dado chama a atenção:

as editoras espíritas passaram a investir na qualidade do livro e em projetos gráficos atraentes, trazendo a seu público a satisfação da leitura unida ao prazer tátil proporcionado pelos novos objetos. O surgimento de distribuidoras especializadas também favoreceu o crescimento desse mercado e as parcerias com redes de livrarias on-line ampliaram o seu acesso (SILVA; SILVA, 2019, P.4).

O cenário comercial hoje parece ser positivo para obras espíritas (ou que se autochancelam assim), conforme índices de publicação evidenciam (FRANZOLIM, 2017). Entre as prateleiras de várias livrarias, seção exclusiva por vezes é dedicada a livros do gênero – quando não são justapostos em temáticas como Esoterismo, Autoajuda e outras. Nos corredores, somos por vezes instados por publicidades dessas produções. Diante das estantes, entre os vários títulos, realmente se pode ver apostas

gráfico-editoriais das mais diversas, encantando pela beleza das capas e da diagramação. Todavia, nem sempre se tratam de obras espíritas.

Assim, fazendo relação mais superficial e sem escapar do clichê, relembramos o adágio: uma obra espírita não deveria vender mais pelo conteúdo do que pela capa? No contexto, ainda que as editoras espíritas (e todos os envolvidos na cadeia editorial dos livros do gênero – ou da doutrina) devam compreender o cenário e o mercado em que atuam, parecem conviver com uma espécie de dupla lógica, uma econômica e outra doutrinária, na qual as engrenagens devem funcionar de modo simultâneo e equilibrado.

3. ALGUMAS DIGRESSÕES NA INTER-RELAÇÃO

Como se viu, não é necessário ser espírita para ser médium, tampouco ter bagagem sociocultural ou religiosa específica para produzir psicografias e transformá-las em livro. No entanto, para esse último ser considerado espírita, deve(ria) seguir um rito genético editorial pautado pelas lógicas da doutrina espírita.

O processo começa no autor; mas, afinal, quem é ele? Espíritos há, segundo Kardec (2018), com intenções diversas, a ditar (ou transferir ideias) aos médiuns o que, pela escrita, materializa-se. O que vem depois, todavia, já não é mais decisão do desencarnado, mas do vivo. Entre publicar ou não o texto, queimá-lo, guardá-lo *ad infinitum* em uma gaveta, editá-lo, reescrevê-lo, entre outras opções, invariavelmente são decisões que cabem após análise da missiva. O médium é, assim, o primeiro revisor de conteúdo. Todavia, muitos deles aparentemente veem-se com os direitos da autoria, com a propriedade intelectual de algo que, conceitualmente, é de outrem.

Tal posição encontraria eco na ideia de que, uma vez que o médium jamais é indiferente no processo psicográfico, afetando a comunicação com seu teor anímico, tem quinhão no que produz. De fato. Mas, invariavelmente, os principais ritos genéticos de um medianeiro, ligado à doutrina espírita, relativizam tal posição: em primeiro lugar, tem-se o fato justamente de ele ser espírita, seguir tal perspectiva, mantendo leitura constante de obras do gênero – o que, direta ou indiretamente, conformaria esse teor anímico, afetando a produção de modo efetivo e direcionado.

Ademais, em segundo lugar e ligado ao inicial, tem-se a busca do médium pelo seu desenvolvimento moral – o que, nada paradoxalmente, auxiliaria, segundo Kardec (2018), na diminuição da interferência do teor anímico na comunicação. Além disso, isso seria útil ainda ao intermédio com espíritos cada vez mais adiantados e que, por

esse motivo, não produziriam manifestações com intuítos diversos aos da doutrina espírita.

De certa maneira, esses dois ritos seriam, na concepção de Maingueneau (2007), “impostos” ao médium, uma vez que estão ligados a uma espécie de dispositivo espírita; isto é, enquanto doutrina filosófica, a transformação de si é prerrogativa no Espiritismo o que, logo, condicionaria, de algum modo, também as produções discursivas de seus integrantes, quais sejam. Infere-se, então, que os livros espíritas igualmente tenham as suas restrições, que deveriam começar na autoria e no tipo de publicação pretendida, orientando antecipadamente toda a cadeia editorial posterior (MAINGUENEAU, 2009).

Juntos, médium e espírito, formam a textura de uma psicografia. No entanto, o medianeiro, na condição de espírita que é, deve, abstendo-se do lugar do Eu-escritor, fazer o primeiro espelhamento do texto, colocando-o defronte aos livros básicos de Kardec. Qualquer deformação deve ser corrigida – e não no espelho – se se pretende que a produção seja considerada, de fato, espírita.

Compreendendo sua validade, a tessitura continua com os coenunciadores, preferencialmente gerida por editores também espíritas; quanto mais próximo estes profissionais estiverem da doutrina, talvez melhor refletirão para o médium, colocando-o em relação consigo mesmo, com o espírito com quem se comunica, com as noções doutrinárias e, não nos esqueçamos, com as perspectivas do mercado editorial.

Porém, infere-se que, ainda que pautado pelo signo da fraternidade – marca latente do Espiritismo –, esse é um lugar/momento de tensionamentos, tal como qualquer relação editor-autor. Aqui, todavia, perspectivas distintas, de pelo menos quatro agentes, estão envolvidas – a contar o aspecto econômico, que é determinante também para a viabilização do projeto-livro. O ofício do editor (linguista-espírita) aí passa por uma complexa gestão e harmonização dos pontos de vistas.

O produto, a textualização espírita, enfim, deve ser uma amálgama, no qual não importaria quem agiu sobre o texto, mas que a unidade de sentido esteja de acordo com a doutrina espírita, sobretudo no que concerne à ideia de transformação moral dos leitores. No ensejo, a ideia de dependência e de repressão do autor é interessante por diversos motivos. O espírito comunicante é dependente, pois, como o médium não é neutro, sua interpretação influencia o sentido. Mas o medianeiro também é dependente, pois, a rigor, ele não é autor em essência de nada e carece da efetivação do processo mediúnico. Ambos serão dependentes das leituras subsequentes, inclusive, e finalmente,

do leitor final. Mas quem os reprime, todavia, é a própria doutrina – da qual, em tese, os leitores fazem (ou querem fazer) parte.

No contexto, se os autores compreendem e praticam a doutrina espírita, não seria repressão, mas clara adesão, a produzirem obras que venham no sentido de esclarecer, detalhar, ilustrar ou mesmo divulgar o que outrora já fora colocado por Kardec. Repressão diversa, porém, parece vir do mercado que, com sua lógica própria, determina não só o que vende, mas como se vende. Novamente, cabe ao editor-espírita equalizar as lógicas. Não obstante, uma vez que lhes cabe a decisão final, talvez seja atribuição dos médiuns avaliarem se seus livros são fruto de trabalho (pelo qual pretendem aferir lucro) ou de tarefa ligada à doutrina (com a qual almejam levar *a* mensagem (e não *uma* mensagem) aos leitores). A análise de seu rito genético talvez traga a resposta sobre como devem agir.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As limitações espaciais de um artigo não permitem que uma leitura mais detalhada do fenômeno em estudo seja feita. Ainda assim, esperamos ter alcançado nosso intento inicial. Como resultado, o que se observa, afinal, é que o livro espírita, derivado de psicografias, constitui um gênero específico e complexo. Tal afirmação está ligada aos aspectos que o conformam quando (e se) ritos genéticos editoriais específicos são seguidos; do contrário, pode até ser uma obra espiritualista, mas não necessariamente espírita. É preciso que a produção esteja em conformidade com as obras básicas, o que exige, então, atenta revisão e adequação quando necessária.

Além disso, percebe-se que a noção de autoria é fugidia, tanto menos os ritos genéticos ligados à doutrina espírita forem seguidos. Segundo a doutrina espírita, quanto mais bagagem de conhecimento do Espiritismo e mais desenvolvimento moral o médium tiver, menos influenciará com seu teor anímico na produção. Assim, mais as ideias do espírito aparecerão e também mais próxima a produção estará do conceito basilar de obra espírita. Nada obstante, quando se pensa em produção de um livro, o processo não começa e termina com o médium. Há uma cadeia editorial em sequência que, nada obstante, também deve se pautar pela doutrina, mas, simultaneamente, equalizar interesses de mercado.

Trabalhos porvindouros poderão ser desenvolvidos no sentido de comprovar as considerações expostas ou mesmo ilustrá-las com exposição e estudo de caso. Como

estudos futuros, planeja-se, por exemplo, análise junto a médiuns e a obras espíritas de modo a evidenciar determinado conjunto de ritos genéticos editoriais.

REFERÊNCIAS

AUBRÉE, M., LAPLATINE, F. La Table, Le Livre et Les Esprits: naissance, évolution e actualité du mouvement social spirite entre France et Brésil. Paris: Éd. Jean-Claude Lattès, 1990. In: AMORIM, P. P. A FEB, o livro e a pretendida identidade espírita. **Anais do IV Encontro nacional do GT História das religiões e das religiosidades**. Rev. Bras. de História das Religiões. Maringá (PR) v.V, n.15, jan/2013.

CAMARGO, J. **Divaldo Franco**: a história de um humanista. Porto Alegre: AGE, 2004.

CAMARGO, C. P. F. **Kardecismo e Umbanda**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1960.

FRANZOLIM, I. **Mercado Editorial Espírita 2017**. Pesquisa. Disponível em <http://franzolim.blogspot.com/>. Acesso em 09 abr. 2020.

KARDEC, A. **O livro dos médiuns**. (1861). 81.ed. Brasília: FEB, 2018.

KARDEC, A. Deve-se publicar tudo quanto dizem os espíritos? - Revue Spiritie – Nov. 1859. In: **Revista Reformador**. Trad. Evandro N. Bezerra. 12, n. 2092. Jul.2003. Rio de Janeiro: FEB, 2003.

LEWGOY, B. A antropologia pós-moderna e a produção literária espírita. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 87-113, jun. 1998

LUIZ, A. (Espírito). **Nos domínios da mediunidade**. (1955). Psicografado por Francisco Cândido Xavier. 32. ed. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 1998.

MAINGUENEAU, D. **Discurso Literário**. São Paulo: Contexto, 2009.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar Edições, 2007.

PETIT, Ed. **Manual de Orientação para Autores de Livros Espíritas**: estreitando Laços. São Paulo: Editora Petit, s/d. Disponível em: <https://www.petit.com.br/arquivos/Manual%20do%20Autor.pdf> – Acesso em 09 abr. 2020.

SALGADO, L. S. Ritos Genéticos Editoriais: uma abordagem discursiva da edição de textos. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n.57, 2013.

SANTOS, J. J. Edições Espíritas no Brasil e em Minas Gerais. In: QUEIROZ, S. (org.). **Editoras mineiras: panorama histórico**.v.2. Viva Voz. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SILVA, A. C.; SILVA, V. B. de A. Quem lê livros espíritas? In: **Estudos Literários Brasileira Contemporânea**. Brasília, n. 57, Junho, 2019

SOARES, L. E. O autor e seu duplo: a psicografia e as proezas do simulacro. In: **Religião e Sociedade**, n°4, Rio de Janeiro, 1979

VITUSSO, I.; HADDAD, E. Um retrato do mercado editorial espírita: Entrevista com Richard Simonetti. In: **Correio Fraterno**. Edição 448. Nov./Dez. 2012. Disponível em: <http://encurtador.com.br/bFLU1> - Acesso em 09 abr. 2020.